

PRONATEC: estudo de casos múltiplos sobre o desenvolvimento docente e a qualidade do programa

Leandro Martins Dallanora¹, Giancarlo Bazarele Machado Bruno²

¹Instituto Federal Farroupilha – Campus Avançado Uruguaiana
Rua Monteiro Lobato, 4442 – Cabo Luis Quevedo – Uruguaiana – RS – Brasil

²Instituto Federal Farroupilha – Campus São Borja
Rua Otaviano Castilho Mendes, 355 – Bettim – São Borja – RS – Brasil

lmdallanora@gmail.com, giancarlo.bruno@iffarroupilha.edu.br

Abstract. *The Federal Government Program PRONATEC, National Program for Access to Technical Education and Employment, was created in 2011 with the objective of qualifying young people and adults so that they could be inserted or re-enter the job market. The purpose is to point this Article teacher development within this program, and the quality earned the same. For this, we made a multi-case study from documents such as diaries, lesson plans and work done in the classroom by teachers, in addition to the curricular analysis of teachers and the on-site observation of the process in two classes of the Computer Technician for Internet, when co-modality, the Instituto Federal Farroupilha – Campus Avançado Uruguaiana in the second half of 2014. As a result, it can be inferred that a large part of the problem in the program quality is due to the fact that the students based their interests by courses in compensation money, offered to students through a purse-training by its frequency in the classroom. And that despite the qualification of teachers and their professional experiences be favorable of PRONATEC, the number of graduating students tends to be below the desired minimum.*

Resumo. *O Programa do Governo Federal PRONATEC, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, foi criado em 2011 com o objetivo de qualificar jovens e adultos a fim de que estes pudessem se inserir ou reinserir no mercado de trabalho. O intuito do presente artigo é analisar o desenvolvimento docente dentro deste programa, e a qualidade auferida no mesmo. Para isso, foi feito um estudo multicase com análise documental, como diários, planos de ensino e trabalhos realizados em sala de aula pelos professores, além da análise curricular dos professores e a observação in loco do processo, em duas turmas do Técnico em Informática para Internet, na modalidade concomitante, do Instituto Federal Farroupilha - Campus Avançado Uruguaiana no segundo semestre de 2014. Como resultado, pode-se inferir que grande parte do problema na qualidade do programa se deve ao fato dos alunos basearem seus interesses pelos cursos na remuneração em dinheiro, ofertada aos alunos através de uma bolsa-formação pela sua frequência em sala de aula. E que, apesar da qualificação dos professores e*

suas experiências profissionais terem grande peso a favor do PRONATEC, o número de alunos concluintes tende a ser abaixo do mínimo desejado.

1. Introdução

Em virtude da necessidade de maior qualificação profissional, o Ministério da Educação, correspondendo às demandas sociais, tem investido em programas sociais de apoio à Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Como ressalta Silva (2012) a educação técnica e profissional possui um importante dever e relevância social, para que grandes transformações sociais e econômicas ocorram. Para o autor, a educação profissionalizante que visa inserir ou reinserir o indivíduo no mercado de trabalho, garantindo a ele os direitos trabalhistas e sociais, traz grandes benefícios e tem um grande papel a cumprir na sociedade.

Os Institutos Federais, bem como as escolas provenientes do Sistema S, como por exemplo o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), tem papel fundamental na demanda por qualificação e preparação para o mercado de trabalho, visto o cenário atual cada vez mais exigente e competitivo.

Assim em 2011, para suprir a demanda por qualificação profissional de trabalhadores, é instituído pelo governo, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) que hoje já conta com 4,6 milhões de pessoas beneficiadas pelo programa, em mais de 3.200 cidades e municípios de todo o Brasil (PRONATEC, 2014).

Mas devido à rápida expansão deste programa de governo, será que a qualidade não está sendo posta de lado para dar margem à quantidade?

Tendo isto em mente, devemos ter como premissa básica para avaliar a qualidade nos cursos oferecidos pelo PRONATEC, entender quem são os docentes, personagens ativos no processo da qualificação profissional dos jovens ingressantes no mercado de trabalho e de trabalhadores.

2. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

2.1 Uma breve história sobre os institutos federais

Em 1909, foram criadas as primeiras Escolas de Aprendizes e Artífices (EAAs), em várias capitais brasileiras. Eram dezenove escolas que, ao longo dos anos, se transformaram em liceus industriais e escolas industriais e técnicas, até que, em 1959, passam a ser denominadas Escolas Técnicas Federais (ETFs), com status de autarquias.

Por sua vez, uma rede de escolas agrícolas, com base no modelo escola-fazenda, foi sendo constituída nesse mesmo período. Inicialmente vinculadas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) passaram, em 1967, para o então Ministério da Educação e Cultura (MEC), tornando-se Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs).

Em 1978, três escolas técnicas federais, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e no Paraná, foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), iniciando um processo de ampliação da oferta de cursos superiores tecnológicos. Durante a década de 1990, várias outras escolas técnicas e agrotécnicas federais

tornaram-se CEFETs, formando a base do Sistema Nacional de Educação Tecnológica (SISTEC), instituído em 1994 (Vidor, 2011). É marcante a presença dos CEFETs na maioria dos estados, exceção feita a Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, que só recentemente foram contemplados com os novos IFETs.

2.2 Instituto Federal Farroupilha

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IF Farroupilha) foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, por meio da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul, de sua Unidade Descentralizada de Júlio de Castilhos, da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, e do acréscimo da Unidade Descentralizada de Ensino de Santo Augusto que anteriormente pertencia ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves.

Caracteriza-se como uma instituição com natureza jurídica de autarquia, que lhe confere autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

De acordo com a lei de sua criação, o IF Farroupilha é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Equiparados às universidades, os institutos são instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais, além de detentores de autonomia universitária.

Os Institutos Federais tem como objetivos, como disposto na lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, artigo 6º e 7º:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior: a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia; b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional; c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de

profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento; d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica. (BRASIL, 2008)

Atualmente o IF Farroupilha é composto pelas seguintes unidades administrativas (Figura 1):



Figura 1. Unidades do IF Farroupilha

Tais unidades poderão ser, como mostra a Figura 1, Campus com autonomia para trabalhar a verticalização do ensino ofertando cursos em diferentes níveis e modalidades da educação básica à superior; Centros de referência tendo como foco a oferta de cursos PRONATEC; Pólos para o apoio aos cursos da Educação à Distância e a Reitoria, unidade administrativa do Instituto Federal Farroupilha.

Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional do IF Farroupilha, este é uma instituição de ensino pública e gratuita e, em atenção aos arranjos produtivos sociais e culturais locais, oferta cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, cursos técnicos de nível médio (presenciais e a distância) e cursos de graduação e pós-graduação, proporcionando a verticalização do ensino. A atuação pedagógica está voltada para a plena formação do cidadão-profissional, perpassando pela articulação do ensino-pesquisa-extensão.

3. O PRONATEC

A seguir é apresentado o surgimento, objetivos e importância deste programa de governo.

3.1 PRONATEC: legislação

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) foi criado pela Lei nº 12.513 de 26 de outubro de 2011. De acordo com o governo, tem por finalidade ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira.

De acordo com o Art. 1º Parágrafo Único da lei que cria o PRONATEC, seus objetivos são

- I - expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- II - fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;
- III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;
- IV - ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;
- V - estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.
- VI - estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda. (BRASIL, 2011).

A propaganda oficial do Programa, no site do MEC, informa que as principais ações do PRONATEC são a criação da bolsa-formação, o FIES Técnico, a consolidação da Rede e-Tec Brasil (Rede Técnica Aberta do Brasil), o fomento às redes estaduais de educação profissional e tecnológica por intermédio do Brasil Profissionalizado e a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e

Tecnológica (EPT). Cada uma destas ações representa um volume significativo de recursos federais que passam a estar disponíveis para entes públicos e privados que atuam na educação profissional no país, tendo sido “realizadas mais de 8 milhões de matrículas, entre cursos técnicos e de formação inicial e continuada”, (PRONATEC, 2014) entre 2011 e 2014.

A bolsa-formação é a novidade neste programa, já que as demais ações, em alguma medida já existiam antes da aprovação da Lei nº 12.513/2011. A referida bolsa materializa-se na oferta de vagas gratuitas de cursos de educação profissional de formação inicial e continuada (mínimo de 160h) e formação técnica (mínimo de 800h) e como estratégia de permanência destes alunos nos cursos.

Está dividida em duas modalidades: Bolsa-Formação Estudante e Bolsa-Formação Trabalhador, sendo que a primeira destina-se prioritariamente a estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos para cursos de educação profissional técnica de nível médio, nas formas concomitante, integrada ou subsequente e a segunda bolsa refere-se à oferta de formação inicial e continuada ou qualificação profissional de trabalhadores.

O fato de a modalidade denominar-se bolsa não significa que os alunos receberão automaticamente recursos para frequentarem os cursos, pois o repasse dos recursos é feito às entidades ofertantes.

Art. 61. O montante dos recursos a ser repassado para as redes públicas de EPT e os SNA, anualmente, no âmbito da Bolsa-Formação Estudante corresponderá, no máximo, ao número de vagas pactuadas por cada instituição de ensino ofertante.

§ 1º As vagas pactuadas serão convertidas em horas-aluno e confirmadas pelas matrículas registradas no SISTEC.

§ 2º A hora-aluno corresponderá sempre à oferta de 60 minutos de aula a um estudante.

§ 3º O total de horas-aluno será obtido multiplicando-se o número de vagas ofertadas e registradas no SISTEC pela carga horária de cada curso, medida em horas aula. (BRASIL, 2013).

As instituições que ofertam cursos do PRONATEC, na modalidade bolsa, são: a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, escolas estaduais de EPT e as Unidades de Serviços Nacionais de Aprendizagem como o SENAC e o SENAI; cabendo ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) a realização do repasse dos recursos às redes ofertantes de educação profissional participantes do programa, conforme a Lei nº 12.513 de 26 de outubro de 2011.

Art. 9º São as instituições de educação profissional e tecnológica das redes públicas autorizadas a conceder bolsas aos profissionais envolvidos nas atividades do PRONATEC. (Ibid.).

Pelas informações que constam neste Art. 9º da legislação do Programa, pode-se observar que o pagamento de bolsa, caracterizado mesmo como recurso pago à pessoa física, vai se dar para as entidades ofertantes, sendo que, no caso da rede federal, os profissionais do quadro permanente, que se envolverem com o Programa

deverão trabalhar fora da jornada de trabalho contratada. O que está previsto para os alunos é um auxílio alimentação e transporte que poderá ser pago em espécie ou mediante entrega de vales com estas finalidades específicas.

De todas as iniciativas arroladas no PRONATEC, interessa, especificamente na análise deste artigo, a questão da oferta de vagas pela Bolsa-Formação aos estudantes e trabalhadores, através das instituições de educação profissional e tecnológica.

3.2 PRONATEC no Instituto Federal Farroupilha

Conforme a resolução do Conselho Superior do Instituto Federal Farroupilha de 25 de fevereiro de 2014 que estabelece os critérios e procedimentos para a execução das atividades de Extensão da Bolsa-Formação, no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, com base na lei nº 12.513 de 26 de outubro de 2011, na resolução CD/FNDE nº 04 de 16 de março de 2012, na Portaria MEC nº 168 de 07 de março de 2013 e nas regulamentações posteriores.

Assim sendo, as instituições credenciadas pelo MEC atuarão como parceiros demandantes e o IF Farroupilha, por meio de seus campi, atuará como ofertante, desde que a execução das atividades da Bolsa-Formação do PRONATEC não comprometa o atendimento do plano de metas da instituição e/ou não prejudique o andamento normal das atividades regulares docentes e administrativas.

Os parceiros demandantes da Bolsa-Formação deverão ser os responsáveis pela identificação das demandas, mobilização, realização do processo de seleção dos potenciais beneficiários e de pré-matrícula destes.

Quanto à definição da oferta dos cursos tanto de Formação Inicial e Continuada (FIC) quanto de Qualificação Profissional e Técnicos da Bolsa-Formação, fica a encargo da equipe do PRONATEC a nível de campus, obedecendo aos prazos estabelecidos pela Coordenação Geral do PRONATEC na Reitoria do Instituto Federal Farroupilha, situado em Santa Maria, e às normas do programa.

Todos os cursos ofertados pelas unidades devem atender, preferencialmente, aos eixos tecnológicos desenvolvidos nos próprios campus, a fim de propiciar a participação dos servidores lotados no mesmo, e estarem previstos no Guia do PRONATEC de Cursos de Formação Inicial e Continuada e no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

A gestão das atividades relacionadas ao PRONATEC, no IF Farroupilha, é realizada pela Pró-reitoria de Extensão por meio da Coordenação Geral do PRONATEC, das Direções Gerais dos Campi, das Coordenações Adjuntas e demais encargos selecionados, tendo então cada campus ou centro de referência uma equipe responsável.

No que se refere aos profissionais que atuarão como docentes, poderão participar servidores ativos e inativos do IF Farroupilha, além de profissionais que não possuam

vínculo com o IF Farroupilha, selecionados através de editais publicados pelas coordenações de cada campus ou centro de referência.

Porém, os servidores ativos da carreira de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do IF Farroupilha que atuarem no PRONATEC no encargo de Professor, somente poderão receber bolsa até o limite de 50% da carga horária regular que este desempenha em sala de aula na instituição, não podendo exceder a 16 horas semanais, conforme previsto em resolução do CD/FNDE vigente.

4. A Formação de Professores

A fim de caracterizar os professores da educação profissional, no âmbito do PRONATEC, este estudo entende que, esses professores começam a atuar de fato como docentes antes mesmo de fazer um curso de formação pedagógica, tendo como base para a sua atuação em sala de aula, as vivências e experiências tidas como aluno, além é claro das experiências do mundo do trabalho vividas no dia-a-dia no que concerne ao conteúdo técnico.

4.1 Construção da identidade

Assim, o profissional advindo do mundo do trabalho precisa assimilar o Ser professor, que como nas demais profissões emerge de um conjunto de sentimentos situados em diversos momentos históricos da vida de um indivíduo. Dentre eles, a infância, momento este que as crianças têm contato direto com seus primeiros professores, seus pais, modelos de construção para o seu perfil psicológico. Muitos dos traços da identidade, construída por um indivíduo, estão baseados nas premissas da sua infância.

Estudos indicam que um número significativo de professores, dentre esses cita-se os bacharéis que ainda não passaram por um curso de formação pedagógica, têm sua identidade como professor formada à partir de suas vivências no decorrer de sua vida escolar trazendo para si elementos dos seus professores considerados importantes no seu desenvolvimento como aluno e como cidadão.

Haja visto, que além da realização pessoal do indivíduo em ser professor, não podem ser descartados outros anseios que levam um indivíduo a se tornar professor, dentre eles o financeiro.

Do ponto de vista deste estudo, o fator financeiro se mostrou preponderante para que o indivíduo participasse dos programas do PRONATEC como professor, tendo muitas vezes que exercer mais de um emprego para poder sobreviver.

Mas também ficou evidente que em alguns casos, ser professor no PRONATEC, se tornou trampolim para a carreira docente em função do contato com outros profissionais da área da educação.

4.2 Ser professor na educação profissional

Cunha diz, ao mencionar sobre a formação de professores em geral:

Diferentemente dos outros níveis de ensino, esse professor se constitui, historicamente, tendo como base a profissão paralela que exerce ou exercia

no mundo do trabalho. A ideia de quem sabe fazer, sabe ensinar deu sustentação à lógica do recrutamento dos docentes. Cunha (2005, p.70)

Segundo Cunha, essa premissa que se tinha de que quem sabe fazer, sabe ensinar, é falha, visto que a maioria desses professores advém de áreas onde a formação pedagógica não é um elemento da sua grade curricular.

Estes profissionais se deparam com uma situação totalmente nova, onde uma nova identidade deve ser construída, complementando aquela a qual este adquiriu com sua formação acadêmica.

Infelizmente, ainda hoje, o que acontece com os profissionais vindos do mundo do trabalho para atuarem como professores é que normalmente eles dão maior importância a sua formação técnica, deixando de lado a sua formação docente.

Pesquisadores no tema proposto neste artigo creem ser quase óbvio que a formação pedagógica é essencial na prática docente. Tardif traz uma definição de pedagogia muito interessante:

A pedagogia é o conjunto de meios empregados pelo professor para atingir seus objetivos no âmbito das interações educativas com os alunos. Noutras palavras, do ponto de vista da análise do trabalho, a pedagogia é a “tecnologia” utilizada pelos professores em relação ao seu objeto de trabalho (os alunos), no processo de trabalho cotidiano, para obter um resultado (a socialização e a instrução). Tardif (2010, p. 117)

Sendo assim, é de suma importância a formação pedagógica para que através da pedagogia assimilada pelo professor, esta irá auxiliá-lo, não como uma fórmula mágica, mas como instrumento da prática para que não só o conteúdo possa ser apresentado aos alunos, mas aprendidos pelos mesmos.

Assim, não é difícil também, acontecerem reuniões semanais ou mensais nos Institutos Federais, para a socialização de práticas e experiências tanto entre professores formados quanto daqueles advindos do mundo do trabalho, servindo como um momento de crescimento daqueles que ainda não possuem ou que estão em desenvolvimento das práticas pedagógicas. Desta forma, apesar da afirmação positiva até agora de que a formação pedagógica é a única forma de formar profissionais capazes de atuar como professores, gostaria de lembrar que no passado esta não existia e os Mestres eram os melhores profissionais de cada área que atuavam como professores repassando os seus conhecimentos adquiridos através da prática, para seus alunos ou aprendizes. Este modelo apesar de funcionar bem no passado, teve de ser aperfeiçoado para se adequar a um novo modelo de aprendizado necessário na sociedade contemporânea, a sociedade da informação em tempos de internet e comunicação rápida, com informações em massa e de difícil filtragem.

4.3 Ciclos de desenvolvimento Profissional

É importante neste ponto, que possamos definir os estágios de desenvolvimento profissional do docente atuante na educação profissional. Mais especificamente, no PRONATEC, foco deste artigo.

Assim, para este estudo, para analisar o desenvolvimento profissional docente, adotou-se os estudos de Huberman (apud Nóvoa, 1995) que classificou os modelos vitais centrados na experiência docente e depois em um estudo de revisão em que se analisaram numerosos trabalhos sobre ciclo de vida que resultou na sistematização de uma seqüência “normativa” do ciclo de vida profissional de professores, juntamente com outros autores (HUBERMAN, THOMPSON e WEILAND, 2000 apud STÜRMER, 2004), que foi denominado por Huberman como um modelo ideal para estudos sobre o tema.

Huberman (2000) distingue cinco fases que marcam o processo de desenvolvimento da profissão docente, que são:

Anos da carreira	Fases / Temas da Carreira
1-3	Entrada ↓
4-6	Estabilização, consolidação do repertório teórico
7-25	Diversificação, ativo → Questionamento ↓ ↓
25-35	Serenidade, Distanciamento afetivo Conservantismo
35-40	Desinvestimento (sereno ou amargo)

Figura 2 – Desenvolvimento da Profissão Docente.

Abaixo, destacam-se as principais características de cada fase descrita por Huberman.

FASE 1 – A entrada na carreira (de 1 a 3 anos de profissão)

No início ocorre a “exploração”, na qual o professor faz uma opção pela carreira, experimentando vários papéis como opções provisórias. Nessa fase, é comum o professor encontrar-se entusiasmado com a profissão e as situações que se depara, questionando se o seu desempenho está ou não satisfatório e se conseguirá superar os problemas com a disciplina dos alunos, com o material didático inadequado. É nesta fase que há uma das maiores taxas de abandonos ou a grande questão sobre a escolha da profissão e sobre a continuidade na carreira, conforme a importância do “choque com a realidade”.

FASE 2 – Estabilização (de 4 a 6 anos de profissão)

A fase da exploração progride para a fase de comprometimento definitivo ou na estabilização. Nela ocorre a escolha da identidade profissional, sendo uma etapa decisiva no seu desenvolvimento. É um momento onde a pessoa “passa a ser” professor. A estabilização se caracteriza por uma “libertação” ou “emancipação” do professor, é a fase da afirmação do “eu-docente” perante os colegas mais experientes, do

comprometimento consigo próprio e com o desenvolvimento da profissão. Nesse caso os professores se preocupam mais com os objetivos pedagógicos e pela busca de formas metodológicas, tendo maior interesse pela aprendizagem dos estudantes.

FASE 3 – Diversificação (de 7 à 25 anos de profissão)

Ao contrário da estabilização, nesta fase, os percursos individuais parecem divergir ainda mais. Depois de ter consolidado sua “competência” pedagógica, os professores participam de uma série de experiências pessoais, diversificando material didático, os modos de avaliação, maneira de trabalho com os alunos, sequências dos programas, a procura de mais autoridade, responsabilidade e prestígio. Os professores nessa fase seriam os mais motivados, os mais dinâmicos, os mais empenhados nas equipes pedagógicas ou nas comissões de reforma que surgem em várias escolas, podendo levar a uma ambição pessoal por acesso aos postos administrativos, afastando-se, dessa forma, da “rotina” da sala de aula, como consequência da busca por novos desafios.

Esta fase é a mais longa do professor e onde se encontram três tipos básicos:

- a) aqueles que investem seu potencial no desenvolvimento como docente, buscando diversificar seus métodos e práticas e as formas mais adequadas de aplicá-las no ensino;
- b) outros que se envolvem mais com o sistema administrativo, visando a promover-se profissionalmente;
- c) aqueles que aos poucos reduzem seus compromissos com a docência, podendo abandoná-la ou exercer outra profissão paralela.

FASE 4 – Serenidade e distanciamento afetivo (de 25 à 35 anos de profissão)

Essa fase, que também pode ser compreendida por uma procura de uma situação profissional estável, ocorre por volta dos 45-55 anos de idade. Os professores nessa fase evocam uma “grande serenidade”, tornando-se menos vulneráveis à avaliação dos outros, pois nada mais têm a provar e, assim, reduzem a distância que separa os objetivos do início da carreira ao que já conseguiram alcançar.

FASE 5 – Desinvestimento (de 35 à 40 anos de profissão)

Comumente, ao final de carreira a postura do professor recua à interiorização e libertação progressiva dispondo de mais tempo para si próprio. Tal descomprometimento seria uma forma de manifestação de libertação de final de carreira, onde as pessoas refletem as pressões sociais e profissionais que sofreram durante sua vida.

As fases propostas por Huberman não são regras, podendo ocorrer ou não. E mesmo ocorrendo, a sequência não será a mesma para todas, visto que cada docente atua num diferente meio profissional e provém de diversas criações, tanto pessoal quanto sua formação profissional (Huberman, 2000). As questões de sala de aula, os problemas que lhes são apresentados, fazem parte de seu processo de construção pessoal e determinam o professor em que cada um se tornou. Segundo Tardif (2010) o desenvolvimento do saber profissional é associado tanto às fontes e lugares de aquisição quanto aos momentos e fases de construção a ele associados. São estes diferentes fatores que

podem ser levados em conta na análise de um grupo de professores para o estudo deste artigo.

5. Metodologia

Com a finalidade de identificar as fases de desenvolvimento profissional dos professores, de acordo com o modelo de Huberman (2000), foi realizada análise documental dos diários, planos de ensino, provas e trabalhos produzidos pelos professores em sala de aula, além da análise curricular de cada professor e observação in loco.

Optou-se então por realizar um estudo de caso, onde segundo Yin (2005), é “uma investigação empírica que analisa um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” e o pesquisador não possui controle sobre os eventos comportamentais, de forma que a coleta e análise de dados apresentam características específicas.

Ainda, segundo Yin (2005), o estudo de caso possui duas variações, o estudo de caso único ou o estudo de múltiplos casos.

Portanto, considerando-se as características e propósitos expostos para este artigo, pode-se afirmar que o presente estudo será de múltiplos casos, pois este permite maior abrangência dos resultados, ultrapassando os limites de unicidade de dados obtidos em um único objeto de estudo.

Com relação aos professores objetos deste estudo, a atuação deles se deu no segundo semestre de 2014, no curso Técnico em Informática para Internet, na modalidade concomitante, onde o aluno cursa as disciplinas básicas em uma escola regular e as disciplinas técnicas na escola que oferta o curso Técnico. Este curso foi ofertado pelo Instituto Federal Farroupilha, Campus Avançado Uruguaiana.

Foram analisados 6 professores, sendo 3 destes do quadro permanente da instituição e 3 do quadro temporário. A fim de os preservar, seus nomes foram trocados por figuras do panteão grego, são eles:

1. **Hermes**, ministrou a disciplina de Fundamentos da Administração;

2. **Apolo**, ministrou a disciplina de Aplicativos Web;

3. **Atena**, ministrou a disciplina de Inglês Instrumental;

4. **Hera**, ministrou a disciplina de Fundamentos da Computação;

5. **Hades**, ministrou a disciplina de Lógica para Programação;

6. **Cronos**, ministrou a disciplina de Metodologia Científica;

Sobre as turmas onde os professores atuaram, se dividem em:

-**Turma 1**: 15 Homens e 15 Mulheres, totalizando 30 alunos;

-**Turma 2**: 17 Homens e 18 Mulheres, totalizando 35 alunos;

6. Estudo de caso dos professores

6.1 HERMES

Doutor em Administração pela Universidad Nacional de Misiones, Posadas – Argentina. Possui uma microempresa familiar na cidade de Uruguaiiana e atuou como professor em cursos oferecidos pelo Instituto Federal Farroupilha de 2013 a 2014. Na classificação de Huberman, Hermes se encontra na fase de **Entrada**, experimentando vários papéis ainda como opções provisórias.

Nas observações realizadas em sala de aula, se mostrou sempre motivado e capaz de motivar a turma com aulas práticas baseadas na sua experiência como vendedor e administrador.

6.2 APOLO

Graduado em Sistemas de Informação pela PUCRS de Uruguaiiana em 2010, iniciou seu percurso docente em 2009 em uma escola de informática e depois como professor substituto no Instituto Federal Farroupilha de São Borja de 2011 a 2013.

Desde 2013 atua no PRONATEC, no Instituto Federal Farroupilha de Uruguaiiana onde hoje também faz parte do quadro efetivo desta instituição. Segundo as fases de Huberman, Apolo se encontra na fase de **Estabilização** onde já se afirma como docente e busca o desenvolvimento da profissão.

Nas observações em sala de aula, nota-se que o professor busca por novas formas de ensinar, adaptando sempre que possível o conteúdo de sala de aula ao que está sendo requisitado pelo mercado de trabalho, levando em consideração o objetivo dos cursos PRONATEC, que é qualificar jovens e adultos para tal.

6.3 ATENA, HADES E HERA

Com relação a Atena, Hades e Hera, estes se encontram na mesma fase, da **Diversificação**. Conforme classificação de Huberman, esta fase é a mais longa, onde se encontram 3 tipos básicos de professor, como pôde ser visto no item 4.3 fase 3.

Atena possui mestrado em Linguística e Letras pela PUCRS, e atua como docente desde 2001, como professora de inglês e português em escolas particulares de Uruguaiiana. Atualmente faz parte do quadro permanente de professores do Instituto Federal Farroupilha de Uruguaiiana, onde possui o cargo de Coordenadora de Ensino.

Atena se encontra em dois dos tipos citados na fase 3, investindo em seu potencial no desenvolvimento como docente, mas também visando promover-se profissionalmente se envolvendo mais com o sistema administrativo.

No entanto **Hades**, mestre em Educação pela PUCRS, com aproximadamente 18 anos de atividade docente, e 20 anos como servidor público municipal se encontra em somente um dos tipos citados na fase 3, no qual já reduz seus compromissos com a docência pois possui outra atividade em paralelo a esta. Pode-se ainda classificar este professor na fase 5, de Desinvestimento, apesar de não ter tempo de profissão docente

para tal, onde este toma para si a postura de final de carreira manifestando descomprometimento com a atuação docente.

Já a professora **Hera**, mestra em Computação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, docente desde 1997 e atualmente parte do quadro permanente de professores do Instituto Federal Farroupilha de Uruguaiana, se assemelha a professora Atena, tanto investindo no seu potencial docente quanto na promoção profissional.

6.4 CRONOS

Mestre em Educação desde 1976, pela PUCRS, e professor desde 1973. Possui largo currículo na educação, tanto no papel docente quanto no papel administrativo. Passou por todas as fases até chegar a fase 5, do **Desinvestimento**.

Segue abaixo um resumo que mostra a fase em que se encontra cada professor:

Professor	Tempo de docência	Fase em que se encontra
Hermes	2 anos	Entrada
Apolo	5 anos	Estabilização
Atena	13 anos	Diversificação
Hades	18 anos	Diversificação
Hera	17 anos	Diversificação
Cronos	41 anos	Desinvestimento

Tabela 1 – Fases e tempo de docência dos professores estudados

7. Apresentação dos resultados

Ao final do semestre, a turma 1 demonstrou aproveitamento superior a 50% em todas as disciplinas, porém, na turma 2, notou-se um grande número de alunos reprovados, tendo obtido aprovação inferior a 50%, nesta turma, somente nas disciplinas de Fundamentos da Administração e Lógica para Programação, dos professores Hermes e Hades respectivamente.

Na maioria das disciplinas, tanto na turma 1 quanto na turma 2, nas quais os alunos fizeram a prova de Exame ao final do semestre, não obtiveram êxito.

Observou-se que metade dos professores atuantes no PRONATEC, fazem parte do quadro temporário da instituição, ou seja, estão trabalhando como professores no PRONATEC apenas neste semestre, dependendo de “ganhar” novo edital e disciplina compatível com sua formação no semestre seguinte para continuar no programa.

Todos possuem atividades profissionais em paralelo à atuação no programa, servindo este como um meio de continuar sua atuação docente de forma esporádica, como é o caso de Hades e Cronos. Bem como a possibilidade de experimentar a docência, aumentar currículo e crescer com a prática em sala de aula, como aconteceu com Hermes.

Os professores do quadro permanente do Instituto Federal Farroupilha de Uruguaiana, Apolo, Hera e Atena, tem o papel de tornar possível o programa do PRONATEC na instituição, visto a dificuldade em encontrar profissionais qualificados e

com tempo disponível para atuar de forma temporária nos cursos ofertados via PRONATEC.

8. Conclusão

A qualidade no PRONATEC, conforme a observação in loco e análise documental do curso analisado neste estudo, ocorrido no segundo semestre de 2014 no Instituto Federal Farroupilha – Campus Avançado Uruguaiana, Técnico em Informática para Internet, na modalidade concomitante, deve ser analisada de forma bilateral. Ou seja, para que o curso possa ter um ótimo aproveitamento, não se deve partir somente dos professores, nem tampouco somente dos alunos, mas sim de ambos os lados.

Os professores focados em ofertar o maior aproveitamento possível dos conhecimentos de sala de aula, no mercado de trabalho, objetivo do PRONATEC para a inserção ou reinserção destes alunos a fim de melhorar a qualidade de vida dos mesmos fornecendo as ferramentas necessárias para o sucesso profissional.

E os alunos, aplicando o conhecimento ofertado em prol de si e da sociedade através do trabalho.

Porém, uma triste realidade pôde ser observada, alguns alunos se mantêm no curso até o final do semestre, apenas para receber a bolsa-formação, sem se preocupar no que é mais importante, adquirir conhecimento para enfrentar o mercado de trabalho tão concorrido atualmente, onde somente aqueles que provarem estar realmente qualificados poderão ter lugar de destaque.

Para amenizar o problema, a bolsa-formação que é repassada pela instituição ofertante do curso na forma de dinheiro diretamente na conta do aluno, poderia ser trocada por vales transporte e/ou vales refeição, a fim de manter o auxílio e evitar que os cursos ofertados via PRONATEC sejam vistos como dinheiro fácil para comprar futilidades que nada tenham a ver com a formação do cidadão.

A atuação dos profissionais envolvidos no processo, em suas respectivas fases foi plenamente satisfatório, visto que os alunos que alcançaram a aprovação estavam comprometidos em aprender.

Referências

Brasil (2014a). Lei n. 12.513, de 26 de outubro de 2011, <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112513.htm>.

Brasil (2014b). Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>.

Brasil (2014c). Portaria 168 de 07 de março de 2013, <http://pronatec.mec.gov.br/images/stories/pdf/port_168_070313.pdf>.

Cunha, Maria Isabel (2005). Formatos avaliativos e concepção de docência. 1.ed., Autores Associados.

Huberman, M. (2000). O ciclo de vida profissional de professores. In: Nóvoa, A. (org). Vida de professores, Porto Editora.

IF FARROUPILHA (2014a). Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IF Farroupilha,

<http://www.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/20148309056884pdi_14_18pdf.pdf>.

IF FARROUPILHA (2014b). Resolução 09/2014, <http://www.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/201483164317849resolucao_n%C2%BA_009_2014.pdf>.

PRONATEC (2014), <<http://pronatec.mec.gov.br/>>.

Silva, R. B. A. (2012). Educação Técnica e Profissional e a Lei do PRONATEC. Rev. Democratizar, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 02-14.

Tardif, Maurice (2010). Saberes docentes e formação profissional. 11.ed., Vozes.

Yin, Robert K. (2005). Estudo de caso: planejamento e métodos. 3.ed., Bookman.